

política

Diante da situação fiscal do RS, veja as propostas de candidatos ao Piratini para as contas públicas

Governo registrou superávits nos últimos anos, mas eles só foram possíveis com recursos extraordinários



Bolívar Cavalier

bolicavalier@gmail.com

Diante de um cenário de equilíbrio fiscal frágil enfrentado pelo Rio Grande do Sul, a gestão das contas será um dos principais desafios do próximo governador gaúcho.

O Estado registrou cinco

superávits consecutivos nos últimos anos, mas eles só foram possíveis por conta de recursos extraordinários e a previsão é de déficits nos próximos exercícios.

Para apresentar as propos-

tas dos candidatos para as contas públicas gaúchas, a reportagem do **Jornal do Comércio** analisou os projetos abordados em sabatinas e os planos de governo de Gabriel Souza (MDB), Juliana Brizola (PDT), Luciano

Zucco (PL) e Marcelo Maranata (PSDB) no que tange a situação fiscal do Rio Grande do Sul.

As entrevistas e a íntegra das sabatinas em formato de podcast estão disponíveis em www.jornaldocomercio.com.

Gabriel quer migrar de equilíbrio fiscal frágil para sólido

Candidato da situação, o vice-governador Gabriel Souza acredita que os últimos três governos gaúchos - dois de Eduardo Leite (PSD, 2019-atual) e um de José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) - adotaram medidas que permitiram ao RS conviver com um equilíbrio fiscal "frágil". Para a próxima gestão, o objetivo é alcançar um equilíbrio sólido. Em entrevista ao JC, Gabriel afirmou considerar possível entregar para o próximo governador as contas equilibradas. "É possível entregar para o próximo governador, lá no início de 2031, um Estado que saia do equilíbrio fiscal frágil para um equilíbrio fiscal mais sólido. Estávamos com um paciente na UTI entubado, a gente conseguiu tirar o paciente da UTI, melhorou a qualidade de vida do paciente, mas ele ainda está sob observação. Não recebeu alta ainda." O plano de governo aponta para uma adaptação à reforma tributária, que está em fase de implementação, a partir da criação de fundos específicos voltados ao desenvolvimento econômico do RS. O documento ainda fala em adesão ao novo programa de renegociação das dívidas dos estados, o Propag, em prorrogação da suspensão da dívida com a União e a articulação no Congresso para criação do Fundo Constitucional do Sul e Sudeste. Também defende a prorrogação do fundo da reconstrução após cheias de 2024, o Funrigs.



Gabriel Souza (MDB) acredita que é possível buscar solidez fiscal até 2030

Juliana apresenta propostas para as finanças em três etapas

Juliana Brizola propõe uma reestruturação das contas do Rio Grande do Sul em três etapas. A primeira é a prorrogação do fundo da reconstrução após as cheias de 2024, o Funrigs; a segunda é articular em Brasília a aprovação do Fundo Constitucional do Sul; e, por fim, desenvolver um projeto econômico para o Estado atrair mais investimentos.

"Para isso, é claro, a gente também vai ter que mexer na infraestrutura e a gente também vai ter que mexer na própria questão educacional do nosso Estado", ponderou. Ela também defende a prorrogação da suspensão da dívida com a União.

As propostas da pedetista para superar estes gargalos envolvem, na educação, o avanço da educação em tempo integral nas escolas com ensino técnico. Juliana firmou um objetivo de instituir gradativamente a educação integral em toda a rede estadual a partir de recursos do Propag, que ela estima que atinjam R\$ 2,6 bilhões em quatro anos.

Já na infraestrutura, a pedetista é crítica às concessões rodoviárias que estão sendo promovidas pelo atual governo, mas já afirmou não ser contrária a parcerias do poder público com a iniciativa privada e nem à possibilidade de obras serem realizadas por estruturas estatais, como a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR).



Juliana Brizola (PDT) foca na educação como base do desenvolvimento econômico

Zucco propõe reduzir gastos e articular Fundo Constitucional do Sul

O candidato do PL, Luciano Zucco, prioriza a aprovação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste no Congresso Nacional como uma alternativa à sustentabilidade fiscal gaúcha e para potencializar o desenvolvimento do Estado. Além disso, o plano de governo cita uma "revisão permanente de gastos, da melhoria da qualidade da despesa, da modernização da gestão financeira e do combate à sonegação, e não pelo aumento da carga tributária".

Em sabatina, o candidato argumentou em favor da criação do Fundo Constitucional do Sul e Sudeste, e deu o exemplo dos já existentes em outras regiões brasileiras. "Nós temos um fundo constitucional do Nordeste, do Centro Oeste, do Norte, e nós não temos até agora um Fundo Constitucional Sul e Sudeste. E eu sou participante da comissão especial que trata disso, e tinha deputados do Rio Grande do Sul que não votaram. Uma das nossas metas prioritárias é a criação deste fundo constitucional. Isso aí gira em torno de R\$ 4 bilhões a mais", pontuou Zucco, que atualmente é deputado federal e afirmou observar um cenário favorável para aprovação desta medida no Congresso.

Ele defende também a desburocratização, o desenvolvimento de uma agenda econômica para o Estado e a prorrogação do Funrigs e da suspensão da dívida com a União.



Luciano Zucco (PL) propõe medidas para sustentabilidade fiscal do Estado

Maranata quer enxugar a máquina pública no Rio Grande do Sul

Marcelo Maranata propõe um enxugamento da máquina pública do Rio Grande do Sul. O tucano apontou, em entrevista ao JC, para reduções de gastos no Legislativo e no Judiciário como forma de encolher o orçamento do Estado.

"O desafio do próximo governador é o governador do diálogo, que apresente um enxugamento da máquina, um plano de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, que nós não fizemos nos últimos anos", afirmou o candidato tucano.

Ele também criticou a atual gestão: "o governo vendeu a CEEE, vendeu a Corsan, privatizou as estradas, vendeu o Portos RS, vendeu a Sulgás, vendeu tudo que tinha para vender. Gastou todo o dinheiro e mandou um orçamento com R\$ 4 bilhões de déficit orçamentário". O plano de governo ainda trata da adoção de um "teto interno para crescimento de despesas discricionárias compatível com a receita" e da redução "de despesas administrativas por compras centralizadas e gestão de ativos".

Maranata buscará a aprovação do Fundo Constitucional do Sul no Congresso. "Nós (gaúchos) vamos ter que nos acertar primeiro e depois sentar com PR e SC para eles votarem junto com a gente". Além disso, pretende prorrogar a suspensão da dívida com a União e o fundo da reconstrução após enchente, o Funrigs.



Marcelo Maranata (PSDB) defende plano para diminuir os gastos públicos